
Universidade Popular

*Diego Augusto Diehl**

É bastante recorrente em diversos setores progressistas da sociedade em geral (e não apenas entre professores e estudantes universitários) a discussão sobre a “crise” do que denominam como a “Universidade atual” e a necessidade de construir um projeto de “Universidade Popular”. A discussão, já acalentada por intelectuais do porte de um Paulo Freire e de um Darcy Ribeiro, foi trazida novamente (e sempre como um tema bastante pertinente) à baila com aquilo que se considerou o início de um possível reascenso do movimento estudantil a partir de 2007.

Recordar é viver, mas é também lembrar e contextualizar: 2007 foi o ano da histórica ocupação da USP pelos estudantes por mais de 1 mês, e também da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que ensejou a ocupação de diversas Reitorias, além de muitas outras formas de protesto por todo o país. Há de se fazer, ainda, um verdadeiro balanço histórico destes fatos políticos (o que evidentemente não caberia a um “singelo verbete”), mas a temática da “Universidade Popular” voltou à tona com toda força, principalmente dentre os setores mais conscientes do movimento estudantil, que vêem a importância de lutar pela Universidade Pública, mas não sob as bases “*desta Universidade Pública*”.

Melhor que manter uma análise abstrata do que pensam estes estudantes é dar voz às suas análises e críticas¹. Trata-se, portanto, de dialogar com estas ricas visões de mundo, e a partir do diálogo crítico buscar compreender aquilo que compõe a real *essência* e o *objetivo* do nosso tema de discussão: a Universidade e a busca da “Universidade Popular”.

* Advogado. Mestrando em Direito Ambiental e Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.

¹ Para isso, procuramos discutir ao longo do texto sobre o *Ensaio sobre a Universidade Popular*, produzido coletivamente por integrantes do Diretório Central dos Estudantes da UFPR, na gestão 2007-2008. Disponível em: <<http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/02/ensaio-universidade-popular-dce-ufpr.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

E é justamente com o *objetivo da Universidade* que os estudantes nos convidam à discussão: ao se auto-formular a pergunta “*O que é universidade e para que ela serve?*”, a resposta dada foi a seguinte:

*O Objetivo da Universidade é produzir ciência, que por sua vez busca estudar as leis de mudança que regem os fenômenos partindo de fatos concretos e não das idéias que temos desses fatos para compreender o movimento do real em seu conjunto. Porém, a ciência não é neutra, vem carregada de ideologia e permeada pela ‘consciência’ de quem a produz.*²

Percebe-se nesse trecho que é ressaltado não o objetivo **efetivo** da Universidade, mas o objetivo que **deveria nortear** as ações desta. Nesse bojo, a ciência também é vista sob a perspectiva de uma ciência que parte da realidade, e não de abstrações e idealismos acadêmicos. Nada há que se objetar à visão do que **deveria ser** a Universidade e qual **deveria ser** a postura da ciência (com as quais concordamos plenamente), porém, enquanto conceito extraído da realidade, dos **fatos concretos**, simplesmente a definição não nos serve, pois a **prática** trata de demonstrar o contrário.

É preciso entender a Universidade como uma instituição voltada a um determinado fim. Segundo Tragtenberg, “*a Universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação*”³. Mas o que é esta dominação que se está a falar? Quem é dominador e quem é dominado? Como se dá esse processo?

Não há uma resposta genérica a estas perguntas, pois todas dependem de análises essencialmente históricas relacionadas a casos concretos. O que é possível afirmar é que esta dominação é a dominação da Totalidade, composta pela perspectiva material, cultural e social. Portanto, a Universidade, como instituição de dominação, assimila o modo de produção, a cultura e a organização social da sociedade na qual está inserida. Daí a importância da perspectiva histórica que se está a tratar: a Universidade do século XI

² *Ensaio sobre a Universidade Popular*, p. 2. Fizemos questão de grifar a função da Universidade apontada, com o cuidado de apresentar o parágrafo como um todo para não recair em maniqueísmos, tratando os autores como ingênuos.

³ TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. Em: *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. 2. ed. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990. Coleção teoria e práticas sociais, v. 1.

(quando a primeira instituição foi criada, em Bolonha, na atual Itália⁴) é distinta da Universidade do século XVIII, assim como é diferente da Universidade do século XXI, que é diferente, por sua vez, dependendo da sua localização geográfica e geopolítica.

Ser uma instituição voltada à dominação significa que a Universidade não é um espaço “disputável”? Na verdade, como veremos adiante, **a Universidade é sim um espaço de disputa**, porém isto não revoga sua **característica essencial**, que é a de **reprodução do status quo**, por ser uma instituição dominante, controlada por uma *classe dominante* para promover a dominação.

Mas e quanto ao papel de vanguarda da Universidade nas transformações sociais? Na verdade, a Universidade também não está imune às contradições inerentes à luta de classes: as forças hegemônicas e contra-hegemônicas em disputa geram atividades **estruturalmente** de reafirmação do *status quo* (quando muito com algumas reformas, mas que, no geral, mantêm a mesma lógica dominante) e **fragmentariamente** de libertação das classes oprimidas e dominadas.

*A universidade atual reproduz relações de produção tipicamente capitalistas, pois sustenta-se na manutenção da hierarquia, soterrando as práticas que questionam o capital, tais como a solidariedade e a autogestão. Esta Universidade pela qual o movimento estudantil nas últimas décadas vem lutando com a bandeira ‘Pública, gratuita e de qualidade’ é a universidade do capitalismo, que serve ao capital e as necessidades da classe dominante, a burguesia.*⁵

A Universidade no feudalismo é a Universidade do feudalismo. A Universidade no capitalismo é a Universidade do capitalismo. Não é a toa, portanto, que a Universidade atual investe tão pouco em extensão universitária (e quando investe, geralmente é num intuito assistencialista e massificante), que as pesquisas são pautadas pela produtividade e reprodução de capital (o conhecimento visto como mercadoria com valor agregado), e o ensino funciona como fábrica de mão-de-obra de operadores qualificados à mesma reprodução de capital. Assim, os cursos de Direito formam burocratas para o Estado

⁴ CARNEIRO, David. *História esquemática da Educação das Universidades no mundo. Surto da primeira Universidade do Brasil*. Curitiba: UFPR, p. 18.

⁵ *Ensaio sobre a Universidade Popular*. p. 2.

burguês e advogados que defendem a classe dominante; os cursos de Medicina formam especialistas em doenças e não provedores de saúde; a Educação Física estimula a competitividade ao invés da solidariedade e qualidade de vida; dentre tantos outros exemplos.

Porém, como foi dito, a Universidade é um espaço que não está imune às contradições. Apenas isso explica a existência de grupos de extensão popular em determinadas áreas de conhecimento, que sobrevivem a custo de muita luta por parte de seus integrantes. O que é importante ressaltar é que estas experiências, de caráter isolado, **não revogam** aquilo que é o papel da Universidade, que é de *reproduzir a dominação*.

Não é possível discutir o “papel da Universidade” dissociado do “papel do Estado”. É que, na verdade, a Universidade reproduz, de forma potencializada, as formas de *dominação* promovidas pelo Estado. Neste ponto, é de crucial importância compreender aquilo que é a *essência* do Estado:

*O Estado – diz Engels, resumindo sua análise histórica - não é de modo algum um poder imposto de fora à sociedade; nem é ‘a realidade da Idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da Razão’, como afirma Hegel. É mais um produto da sociedade quando chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou em uma **contradição irremediável consigo mesma** e está dividida por **antagonismos inconciliáveis**, e que é **impotente para resolvê-los**. Para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos em confronto não se devorem a si mesmas e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade e chamado para amortecer o choque e mantê-los nos limites da ‘ordem’. E esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e dela se divorcia cada vez mais, é o Estado.⁶*

O Estado é, portanto, *produto e manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe*, que surge no exato momento em que tais contradições não podem, objetivamente, conciliar-se. A própria *existência* do Estado demonstra que tais contradições são *inconciliáveis*, e que o Estado, longe de ter um papel de conciliação das classes, é um verdadeiro “*órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe pela*

⁶ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Citado por LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Tradução de Javert Monteiro. São Paulo: Global, 1987. p. 54.

outra; é a criação da 'ordem' que legaliza e avaliza essa opressão, amortecendo o choque entre as classes"⁷, sendo que tal amortecimento significa nada menos que "privar das classes oprimidas certos meios e procedimentos de luta para a derrubada dos opressores"⁸.

Assim como o Estado não é uma instituição "neutra" e "universal", a Universidade não é um espaço de produção de "ciência neutra" "para toda a sociedade". Da mesma forma, se o Estado não é um "organismo de conciliação de classes", mas é justamente um produto do *caráter inconciliável do antagonismo de classes* utilizado pela classe dominante contra a classe dominada, a Universidade (que é um aparelho instrumentalizado pelo Estado) serve a essa mesma lógica *promovendo a dominação através da produção de ciência*. A diferença entre "Universidade como produtora de ciência" e "Universidade como **produtora de dominação através da ciência**" pode parecer mínima a um primeiro momento, mas é crucial para as conclusões que serão tiradas a partir daí.

Enquanto "instituição dominante ligada à dominação", a Universidade cumpre o papel de *servir a classe dominante*, que, na fase superior do capitalismo, é consubstanciada pelas corporações e grandes monopólios, que formam uma super-burguesia financeira através da fusão da burguesia industrial e da burguesia bancária⁹. Só servirá de fato ao povo quando este detiver o *poder político e econômico*, e se tornar a *classe dominante* da sociedade. Portanto, a proposta de Universidade Popular não pode fugir do debate acerca do socialismo científico e de seus métodos de instauração, sob pena de se tornar um debate idealista e pouco frutífero em termos estratégicos às organizações populares.

*A Universidade Popular deve ter como objetivo final 'despir' a ciência do capital de sua **suposta neutralidade**, e provocar os trabalhadores e filhos da classe trabalhadora a produzir e sistematizar conhecimentos oriundos das suas próprias práticas.*

*Trata-se da reapropriação do saber pelos trabalhadores, de desnudá-lo e resgatar seu **caráter social e coletivo**.*¹⁰

⁷ LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. p. 55.

⁸ *Idem, ibidem*.

⁹ LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2ª.ed. São Paulo: Global, 1982.

¹⁰ *Ensaio sobre a Universidade Popular*. p. 5.

É preciso ficar claro, portanto, que a Universidade Popular, nos moldes em que é proposta enquanto uma instituição que potencializa os conhecimentos e as práticas da classe trabalhadora, *não é possível dentro da sociedade capitalista, na qual o proletariado é oprimido e explorado enquanto classe dominada*. Em nosso período histórico, a Universidade foi apropriada pelo Estado burguês enquanto instituição potencializadora do modo de produção capitalista, reproduzindo de forma ampliada seus valores culturais e aprofundando seu quadro social radicalmente dissociado em classes antagônicas, que é o próprio germe da destruição da sociedade capitalista.

Agora nos aproximamos com rapidez de uma etapa de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixa de ser uma necessidade, mas se converte em um obstáculo para a produção. As classes desaparecerão de um modo tão inevitável como surgiram antes. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá, inevitavelmente, o Estado. A sociedade, reorganizando de um modo novo a produção, baseada na associação livre de produtores iguais, enviará toda a máquina do Estado ao lugar que então lhe corresponderá: o museu de antiguidades, junto à roda de fiar e ao machado de bronze.¹¹

A muitos pode parecer estranho um trecho de Engels, citado por Lênin, falando da *extinção do Estado*, mas é exatamente isso: o capitalismo, ao inaugurar a fase mais aguda de contradição entre classes antagônicas em toda a história da humanidade, tem em si o germe de sua própria destruição. O fim da divisão da sociedade em classes sociais representa o fim do próprio Estado tal qual é concebido. Isto se dá da seguinte forma:

O proletariado toma o poder estatal e torna os meios de produção propriedade do Estado. Mas, nesse ato, se destrói a si mesmo como proletariado e destrói toda diferença e todo antagonismo de classes e, com isso, o Estado enquanto tal. A sociedade, que se moveu até agora entre antagonismos de classes, tem tido necessidade do Estado, ou seja, de uma organização da classe exploradora para manter as condições exteriores da produção e, portanto, particularmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão (escravidão, servidão, trabalho assalariado) determinadas pelo modo de produção existente. O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em uma instituição visível; porém, o era apenas como Estado da classe que em sua época representava toda a sociedade: na Antigüidade era o Estado de cidadãos

¹¹ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Citado por LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. p. 62.

escravagistas; na Idade Média, o da nobreza feudal; em nossa época é o da burguesia. Quando o Estado se converter finalmente em representante efetivo de toda a sociedade, será por si mesmo supérfluo. Quando não existir nenhuma classe social a ser mantida na opressão; quando desaparecerem, junto com a dominação de classe, junto com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e excessos resultantes dessa luta, não haverá mais nada que reprimir nem fará falta, portanto, essa força especial de repressão, o Estado.

O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – o aprimoramento dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo seu último ato independente como Estado. A intervenção do poder estatal nas relações sociais se tornará supérflua num setor após o outro e adormecerá por si mesma. O governo sobre as pessoas será substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’: se extinguirá. Partindo daí é que se há de julgar o valor dessa frase que fala do ‘Estado popular livre’, frase que durante certo tempo teve direito à existência como palavra de ordem, porém que, feitas as contas, carece em absoluto de fundamento científico. É também daí que se deve considerar a exigência dos chamados anarquistas, de que o Estado seja abolido da noite para o dia.¹²

Segundo o socialismo científico, portanto, o Estado se extingue a partir do momento em que não há mais divisão de classes sociais. Esta supressão da divisão de classes apenas pode ser promovida a partir da *tomada do poder estatal pelos trabalhadores, e a conseqüente estatização dos meios de produção*, momento em que a burguesia *deixa de ser burguesia* (pois perde a propriedade dos meios de produção) e o proletariado *deixa de ser proletariado* (pois não é mais assalariado de uma classe capitalista, mas se torna dono de todos os meios de produção, através do poder estatal).

O que acontece com a Universidade durante este processo? *Na verdade, seu destino é o mesmo do Estado: extingue-se.* O raciocínio é lógico: o Estado, enquanto resultado do processo inconciliável do antagonismo de classes, se extingue ao extinguiem-se as classes antagônicas; *a Universidade, enquanto instituição dominante ligada à dominação, perde a função de ser em uma sociedade sem classes, sem dominantes e nem dominados.*

É importante ressaltar, porém, que a “extinção” do Estado e da Universidade não têm como resultado a criação de um “vazio” político e científico. Quando diz-se que o “*governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do*

¹² ENGELS, Friedrich. *Anti-dühring*. Citado por LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. p. 63-64.

processo de produção”, significa apenas que o desaparecimento das classes sociais (aspecto social), o novo modo de produção econômica (aspecto material) e a nova cultura (aspecto cultural) desta nova sociedade fazem surgir organicamente novos processos de administração da vida concreta. O mesmo ocorre com as Universidades, que perderão paulatinamente sua importância diante da ascensão dos trabalhadores enquanto “intelectuais orgânicos”, e a nova sociedade não dependerá de espaços privilegiados de produção científica, pois ***toda a educação*** será pautada pelo aprofundamento científico e filosófico, a ponto de ***todos os espaços*** de formação intelectual serem uma espécie de “Universidade”, e todos os trabalhadores, todo o povo em geral, ser uma espécie de “universitário”.

Mesmo enquanto não se chega a tal patamar de progresso em uma dada sociedade (que representaria o comunismo, fase superior do socialismo), é importante ressaltar que, com a tomada do poder político pela classe trabalhadora, *o Estado já deixa de ser Estado na sua acepção clássica* (produto do antagonismo inconciliável das classes) e *a Universidade já deixa de ser Universidade* (instituição dominante ligada à dominação). A partir deste ponto, dentro da perspectiva dialética do acúmulo quantitativo que remete ao salto qualitativo, a Universidade paulatinamente deixa de ser necessária, e, organicamente, novos espaços de produção de conhecimento e progresso do saber humano vão sendo desenvolvidos, de forma muito mais capilarizada no seio do povo e relacionada com a realidade concreta. É neste ponto que os princípios da Universidade Popular começam a ganhar forma material, porém não mais como “Universidade”: será outra coisa, bastante distinta, com outros objetivos e novas perspectivas.

Como é possível caminhar no sentido desta “Universidade Popular” (que, como dito, deixa de ser “Universidade”)? Este é o ponto vital do debate estratégico sobre o tema, e é sob o qual devemos nos debruçar com maior cuidado.

Nossas considerações levam em conta o que denominamos *“instrumentalização da Universidade pelo Estado burguês”*. Nesse sentido, a luta pela Universidade Popular é uma luta contra *este Estado*, o qual *apenas pode ser subjogado a partir da tomada do poder estatal por parte dos trabalhadores*. A partir deste momento, o que ocorre é a “substituição

das classes dominantes”: *o proletariado deixa de ser classe dominada para se tornar classe dominante, e a burguesia deixa de ser classe dominante para se tornar classe dominada.* Eis a essência da chamada ***ditadura do proletariado***.

O Estado é ‘uma força especial de repressão’. Esta magnífica e profunda definição nos é dada por Engels com a mais absoluta clareza. E dela se deduz que a ‘força especial de repressão’ do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma ‘força especial de repressão’ da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado).¹³

A teoria da luta de classes, aplicada por Marx à questão do Estado e da revolução socialista, conduz necessariamente ao reconhecimento da dominação política do proletariado, de sua ditadura, ou seja, de um poder não compartilhado com ninguém e apoiado diretamente na força armada das massas. A derrota da burguesia só pode realizar-se mediante a transformação do proletariado em classe dominante, capaz de esmagar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar para o novo regime econômico todas as massas trabalhadoras e exploradas.¹⁴

A ditadura do proletariado é, portanto, a fase de transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes, conforme a teoria do socialismo científico. O termo “ditadura” tem o sentido de demonstrar que a reação (evidentemente violenta) da burguesia frente ao impulso da classe trabalhadora em socializar os meios de produção exige resposta condizente com o tamanho desta reação.

Para que esta *nova sociedade sem classes* nasça (e nascerá do seio da velha sociedade capitalista, com todas as contradições que lhe são inerentes) *é necessário um árduo processo de extinção da burguesia* (o que se faz através da abolição da propriedade privada) *e dos valores sócio-culturais da sociedade burguesa* (individualismo, egoísmo, idealismo etc). Para cumprir com estes objetivos, *eis que surge novamente a Universidade: dentro da ditadura do proletariado, esta instituição dominante ligada à dominação serve à nova classe dominante (o proletariado), com o objetivo de extinguir a burguesia¹⁵ e de*

¹³ LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. p. 65.

¹⁴ *Idem*. p. 72.

¹⁵ No âmbito do Direito, por exemplo, criminalizando a extração de mais-valia, a acumulação de capital, a apropriação de bens e recursos naturais, extinguindo a propriedade privada etc.

criar novos padrões éticos, científicos e culturais, o que se dá no âmbito do desenvolvimento de todas as ciências.

É importante ressaltar que a ditadura do proletariado, enquanto *fase de transição* que é (e que pode levar décadas – ou até mesmo séculos – até viabilizar a extinção completa do Estado), impõe limitações que são estratégicas para a manutenção do poder nas mãos da classe trabalhadora. *Isto significa que, ao pensar a Universidade Popular, seus princípios não poderão ser plenamente desenvolvidos neste período de transição.* A educação não será *plenamente dialógica*, o Direito não será *plenamente libertador*, a Medicina não privilegiará *todos os âmbitos da saúde humana*, a Educação Física não poderá desenvolver *plenamente a solidariedade e a qualidade de vida etc.* Isso ocorre porque *a ditadura de proletariado é um “estado de guerra” contra a burguesia e contra os países imperialistas, o que demanda métodos e organizações de resistência e que se confrontarão continuamente com a lógica da escassez.*

Diante destas limitações pode-se afirmar que *a Universidade Popular não é factível durante a fase de transição da ditadura do proletariado.* Junte-se a isto a constatação de que *a mesma Universidade Popular não será necessária na nova sociedade sem classes*, e chegamos à conclusão de que *o termo “Universidade Popular”, apesar de significativo em termos cognitivos, é cientificamente incorreto.* Não se intenta aqui mudar nomenclaturas (o termo Universidade Popular é bastante representativo na consciência do povo), mas apenas tratar com o devido *rigor científico* sobre o papel da Universidade no período de transição até a sociedade sem classes, na qual espaços intelectuais privilegiados não se farão mais necessários.

Qual deve ser, portanto, a postura *praxiológica* (unindo *teoria e prática*) a ser assumida diante da questão da Universidade Popular? Ou, melhor resumindo a questão com a célebre pergunta: Que Fazer?

A proposta de Universidade Popular cristaliza o anseio de setores do movimento estudantil em lutar *não por reformas na Universidade capitalista* (“tripé universitário”, “ensino público, gratuito e de qualidade” *etc.*), mas por uma *Universidade dos*

trabalhadores e para os trabalhadores, rumando à construção da nova sociedade sem classes e, portanto, sem opressão e sem exploração.

Está claro que tal instituição *não é possível no capitalismo*. Porém, é importante dizer que também *não será possível na fase de transição à nova sociedade* (a ditadura do proletariado), devido às limitações inerentes a este período histórico. *Tampouco será necessária na nova sociedade sem classes*, que não dependerá mais de uma instituição como a Universidade, voltada à dominação e à hierarquização de conhecimentos.

Levar isto em consideração não significa abandonar a bandeira da “Universidade Popular”, pois *as contradições geradas pelo termo denunciam de forma clara a instrumentalização da Universidade pela classe dominante*, e o *histórico distanciamento* desta instituição em relação à classe trabalhadora. É preciso, porém, que os militantes e simpatizantes desta luta estejam conscientes de tais limitações, a ponto de conseguir desenvolver de forma conseqüente a luta política em prol de uma nova educação, que será plenamente possível apenas na nova sociedade sem classes.

Para isso, uma série de ações táticas podem e devem ser desenvolvidas, com base nesta perspectiva estratégica de longo prazo, *inclusive dentro das próprias Universidades*. É que, como dito anteriormente, *a Universidade atual não está imune às contradições que são inerentes à sociedade capitalista*. O fato de ser **estruturalmente** uma instituição que reproduz as formas de dominação de classe, mas *manter minoritariamente iniciativas de caráter contra-hegemônico* demonstra, por si só, que há já alguns espaços que podem ser ocupados na estrutura atual, mesmo que em uma conjuntura adversa à classe trabalhadora.

A extensão, nesse sentido, pode ser considerada uma das principais “brechas” de atuação da Universidade atual, pois sua perspectiva de “contato com a comunidade”, ainda que *hegemonicamente* seja concebida enquanto *ato de estender a cultura da Universidade (burguesa) sobre o povo*, pode ser **tomada** por uma *perspectiva contra-hegemônica de comunicação que forja alianças potencialmente revolucionárias entre a classe trabalhadora e os intelectuais com ela comprometidos*¹⁶.

¹⁶ FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8 ed. Trad. de Rosica Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Não à toa que a Universidade atual confere tão pouca importância as atividades de extensão.

Ressalta-se, porém, que a *luta decisiva* que determinará a *transformação real* da Universidade pela classe trabalhadora não se dará dentro da Universidade, mas no aparelho que lhe submete e instrumentaliza: o Estado. Portanto, mais que desenvolver teorias e práticas permeadas pelos princípios da nova sociedade sem classes, deve-se, *acima de tudo, formular em conjunto com a classe trabalhadora os princípios e as formas de organização do Estado e da Universidade no período de transição da ditadura do proletariado, de forma a contribuir no sentido da construção da nova sociedade sem classes.*

Este processo de *construção da ditadura do proletariado se inicia muito antes da efetiva tomada do poder estatal pela classe trabalhadora*: realiza-se nas atividades de agitação e propaganda, na construção das alianças no seio das organizações populares e na construção coletiva do movimento popular. Não se trata de mera atividade intelectual; pelo contrário, *é acima de tudo uma tarefa prática*, que demanda clareza política e compromisso militante, que não são assim tão comuns hoje em dia no movimento estudantil e no movimento popular, mas que continuam sendo, acima de tudo, *tarefas revolucionárias*.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, David. *História esquemática da Educação das Universidades no mundo. Surto da primeira Universidade do Brasil*. Curitiba: UFPR, [s.d.].

DCE-UFPR. *Ensaio sobre a Universidade Popular*. Disponível em: <<http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/02/ensaio-universidade-popular-dce-ufpr.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Duhring*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 8. ed. Tradução de Rosica Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Tradução de Javert Monteiro. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. Em: *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. 2. ed. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990. Coleção teoria e práticas sociais, v. 1.